



XVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC)

La Comunicación como Bien Público Global:

Nuevos lenguajes críticos y debates hacia el porvenir

Buenos Aires, Argentina, 26 al 30 de septiembre de 2022

Organizan

- ❖ Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC).
- ❖ Federación Argentina de Carreras de Comunicación Social (FADECCOS).

Artigo apresentado ao GT 1: Comunicação Intercultural e Folkcomunicação

Queria falar, me calaram. Queria viver, me mataram:

a necropolítica e a comunicação dos marginalizados sociais

I wanted to talk, they shut me up. I wanted to live, they killed me:
necropolitics and the communication of the socially marginalized

Júnia Mara Dias Martins¹

Resumo: O conceito de necropolítica, cunhado por Achille Mbembe, está relacionado a uma política que faz uso legítimo do poder para decidir quem pode viver e quem deve morrer. Circunscrito neste conceito, considerando o cenário político brasileiro, este artigo discorre sobre a comunicação dos indivíduos e grupos socialmente marginalizados no contexto da negrogovernabilidade. Para tanto, perscruta formas de resistência na ocupação do espaço da cidade, reflete sobre a importância da organização de coletivos e

¹ Professora da graduação em Rádio, Tv e Internet da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mestra em Comunicação e Culturas Midiáticas, Brasil, juniamartins@uern.br.

da mobilização midiática permanente e em rede como mecanismos contra-hegemônicos. Trata-se de pesquisa qualitativa e exploratória, metodologicamente amparada na pesquisa bibliográfica e em teóricos como Mbembe (2018), Teun van Dijk (2008) e Amadeu e Rovai (2022).

Palavras-chave: Folkcomunicação; Mídias Digitais; Resistência.

Abstract: The concept of necropolitics, coined by Achille Mbembe, is related to a politics that makes legitimate use of power to decide who can live and who should die. Circumscribed in this concept, considering the Brazilian political scenario, this article discusses the communication of individuals and socially marginalized groups in the context of negogovernability. In order to do so, it examines forms of resistance in the occupation of urban space, reflects on the importance of organizing collectives and permanent network mobilization as counter-hegemonic mechanisms. This is a qualitative and exploratory research, methodologically supported by bibliographic research and theorists such as Mbembe (2018), Teun van Dijk (2008), Amadeu and Rovai (2022).

Key words: Folkcommunication; Digital Media; Resistance.

Introdução

Quando o contexto político opera trazendo a violência e a morte de minorias sociais como um sistema não legitimado, mas informalmente instalado, a quem compete denunciá-lo, combatê-lo? Desprovidas de condições reais de representatividade, do direito à voz em grandes sistemas de comunicação e em cargos políticos eletivos deliberativos de poder, como as minorias podem se fazer ouvidas? Como podem reivindicar seus direitos fundamentais, garantidos constitucionalmente, mas negados pelo Estado que atua com a perpetração da negogovernabilidade? Essas são algumas questões que podem ser levantadas ao pensarmos as ações comunicativas e de denúncia possíveis

aos marginalizados sociais em meio a cenários de repressão.

Sabemos, todavia, que tais questões levantadas não têm respostas simples. No contexto brasileiro de concentração midiática, a possibilidade de intervir com diálogos discordantes àqueles predeterminados pelos *mass media* tem se mostrado difícil, quase impossível. Agências e coletivos organizados como o *Mídia Ninja*, *Jornalistas Livres*, *Pública*, *Ponte Jornalismo* e *Alma Preta Jornalismo*, por exemplo, fazem contraponto à mídia massiva, muitas vezes denunciando o massacre das minorias sociais, combatendo as *fake news* e revelando a falta de transparência nas relações entre os setores políticos, econômicos e religiosos. São relações não apenas decisivas para a alta concentração da propriedade dos meios de comunicação, mas também para a determinação dos conteúdos veiculados, da formação de opinião pública, das macronarrativas que geram o ódio às pessoas negras, LGBTQIA+, indígenas, ribeirinhas, nordestinas, faveladas, sem-terra e afins. Nesse sentido, os coletivos independentes de notícias tendem a atuar no campo da representação e da representatividade, visto que, muitas vezes, são compostos por minorias sociais que falam por si mesmas, em contraste à transferência de fala costumeiramente presente na grande mídia.

O êxito da organização de coletivos no atual cenário brasileiro de fascismo² e pós-verdade passa, todavia, necessariamente pela mobilização em rede, pela produção de

² Concepção do fascismo aqui considerada a partir da definição de Umberto Eco (2019). O autor delineou o fascismo não como uma ideologia monolítica, mas, antes, como uma “colagem de diversas ideias políticas e filosóficas, um alveário de contradições” (ECO, 2019, p. 32). Ainda nesse delineamento, Eco apontou algumas características de um Governo fascista, entre elas, “os privilégios concedidos à igreja e uma educação estatal que exaltava a violência e o livre mercado” (ECO, 2019, p. 34). Somadas a essas, o autor também destaca o culto à ditadura, o conservadorismo e o enaltecimento da pátria. Todas essas características podem ser encontradas no atual discurso do presidente brasileiro Jair Bolsonaro que, durante sua campanha e mandato (2018-2022), defendeu, por exemplo, as milícias, o monoteísmo e a desigualdade de gênero, ao passo que cunhava a máxima “Deus, pátria, família.”

conteúdos em plataformas como *WhatsApp, Facebook, Twitter, Instagram, TikTok e YouTube*, por exemplo. A comunicação antes feita de forma mais analógica nos espaços de mediação da urbe – dos bate-papos mais informais e cartazes às ocupações e manifestações coletivas – agora se estende também por plataformas digitais, nas quais discursos são criados e ampliados, muitas vezes desfavoráveis aos socialmente marginalizados. Tal circunstância fortalece a necessidade do domínio das linguagens, conteúdos, técnicas e tecnologias digitais por parte de indivíduos e grupos minoritários para que possam não somente falar por si mesmos, mas também se mobilizarem em rede contra a necrogovernabilidade.

Falar por si mesmo, de modo que a história ganhe repercussão a partir do seu protagonista, lugar de ação e vivência enriquece os discursos necessários para melhor compreensão dos conflitos cotidianos de classe e suas consequências. Acreditamos que aos marginalizados sociais – utilizando aqui o conceito no âmbito folkcomunicacional³ – tem sido não somente suprimida a voz possível às denúncias das precariedades de condição de vida que lhes são impostas, mas também obstados os caminhos que induzem à tomada de consciência que certifica a sua opressão.

Diante da necessidade de apropriação dos meios de combate à desinformação, às desigualdades sociais e aos sistemas de morte às minorias, este artigo objetiva perscrutar o conceito de necropolítica e seus situacionismos, além de explorar a relevância da organização coletiva e mobilização midiática em rede como mecanismos essenciais para a

³ De acordo com a teoria da Folkcomunicação criada por Luiz Beltrão, que estuda a cultura popular como meio de comunicação de grupos e indivíduos à margem da sociedade. Neste artigo, consideramos, portanto, a cultura desses indivíduos, historicamente silenciados pela grande mídia e/ou explorados de forma estereotipada por ela, como matéria-prima à confecção dos próprios meios e conteúdos de comunicação como ato de resistência.

resistência desses grupos em contextos de guerra política.

1 O trabalha-dor na guerra política: corpo docilizado e violências

Já é bastante difundida nas Ciências Sociais a noção de biopoder foucaultiana, que considera os mecanismos de controle e disciplina sobre os corpos dos sujeitos, mecanismos esses operados pelo Estado Moderno. A essa noção de biopoder, Achille Mbembe (2018) adiciona dois outros conceitos intrínsecos – o estado de exceção e o estado de sítio. O autor discorre sobre a criação de um inimigo fictício, da relação de inimizade, como uma das trajetórias normatizadas pelo poder (nem sempre estatal) para justificar o direito de matar. Política e morte, nesta acepção, estão aliadas a um Estado de emergência que avalia quem deve morrer e quem deve ficar vivo, um controle normalmente amparado pela “distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros.” (MBEMBE, 2018, p. 17), circunstância essa denominada de racismo por Foucault.

Características de um Estado assassino, racista e suicidário estão presentes no regime nazista, por exemplo, que, subsidiado no discurso de condição biológica do inimigo político, provocou a morte de cerca de cinco milhões de judeus⁴. Esta guerra política, que assassina a partir de uma combinação que une racismo, homicídio e suicídio, é reforçada, segundo Mbembe (2018), pela percepção do outro enquanto sujeito que coloca nossa vida em risco, como uma ameaça perigosa que precisa ser eliminada. É exatamente este tipo de circunstância que reforça o imaginário de soberania característico da

⁴ A cada três judeus que viviam na Europa antes da Segunda Guerra Mundial, aproximadamente dois foram mortos durante o Holocausto. Dados da Enciclopédia do Holocausto, disponível em <https://abre.ai/dPKT>. Acesso em 13 de agosto de 2022.



Modernidade, que traz a racionalidade da vida a partir da morte do outro.

Como consequência da racionalidade produtiva inerente ao Estado Moderno, a eliminação do sujeito que não se adequa ao sistema político dominante passou a ser executada em escala industrial. Aliado a discursos e situações cotidianas de desumanização, o Estado corrobora, inclusive, à construção de mecanismos que aceleram a industrialização da morte, fazendo deste procedimento algo meramente técnico, seriado, impessoal e silencioso. A esse conjunto de “formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte” (MBEMBE, 2018, p. 71), Achille Mbembe dá o nome de necropolítica, sistema que reconfigura as relações entre resistência, sacrifício e terror. Nesse sentido, ele propõe os conceitos de necropolítica e necropoder

para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar ‘mundos de morte’, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de ‘mortos-vivos’. (MBEMBE, 2018, p. 71)

Compreendemos que a conferência do estatuto de “mortos-vivos” pode ser aplicada às pessoas em situação de rua, às encarceradas, às submetidas a regimes manicomiais, àquelas que vivem em regiões periféricas rurais ou urbanas, mas também às pessoas circunscritas em territórios onde sua vida está em risco por questões identitárias, étnicas, de gênero, culturais e afins. Quando pesquisas certificam, por exemplo, que o número de barracas improvisadas como moradia cresceu 330% na cidade de São Paulo em

2021, e que a população de rua paulistana aumentou 31% nos últimos dois anos⁵, deduzimos que existem grupos diretamente atingidos pela necropolítica que, muitas vezes, ao negar direitos e garantias fundamentais constitucionais, mata de forma gradual e constante, sem usar necessariamente recursos bélicos. É neste cenário que reside o poder do soberano, que controla a mortalidade e define a vida como a implantação e manifestação de poder. Realidade essa que também podemos chamar de cenário de guerra.

A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se considerarmos a política uma forma de guerra, devemos perguntar que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder? (MBEMBE, 2018, p. 07)

Extensionando as perguntas levantadas pelo autor, podemos também questionar: quais os lugares ocupados pelos corpos considerados politicamente inadequados no espaço da cidade? O quê e a quem eles comunicam? Quais são seus mecanismos de resistência para combater as aniquilações às quais são submetidos? Jenny Tovar (2020) soma coro a essas indagações e pergunta: “como, a partir da arte, podemos incidir ou nos inserir em territórios diretamente afetados por necropolíticas para desestabilizá-las? Que táticas artísticas (conceituais, objetuais, corporais, relacionais, espaciais ou processuais) podemos ativar para resistir à necropolítica?” (TOVAR, 2020, p. 14) Ao buscar essas táticas, a autora encontra resposta na produção do *em-comum*, nas necromaterialidades e biomaterialidades que, juntas, têm a potência de reverter a necropolítica, através da

⁵ ALBUQUERQUE, Flávia. SP: população em situação de rua cresce 31% em 2 anos, mostra censo. **Agência Brasil**. São Paulo, 24 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://abre.ai/dPnM>. Acesso em 14 de agosto de 2022.

reafirmação da vida, ao passo que chamam a atenção para o estado de falsa democracia.

A falsa democracia pode ser vislumbrada por meio da transformação do trabalhador em mercadoria viva do sistema capitalista, da expropriação da força de trabalho, do esvaziamento contínuo da condição de cidadania. O controle e a disciplina operados pelo Estado e instituições adjacentes, em suas mais diversas instâncias de poder, promovem, por sua vez, a docilização dos corpos e mentes, o cerceamento das liberdades civis, a banalização da opressão. A tomada de consciência por parte da pessoa explorada pode se tornar, assim, um horizonte cada vez mais longínquo.

Todo este cenário, ao passo que inibe a reivindicação de muitas pessoas por um Estado de bem-estar social, também impulsiona uma outra parcela de indivíduos que faz, da existência, resistência, e constrói mecanismos de comunicação contra-hegemônicos na tentativa de ter suas narrativas consideradas e ampliadas porque essenciais ao entendimento das desigualdades sociais, das violências que lhe são direcionadas rotineira e historicamente.

Quando falamos em violência, contudo, embora a imagem mais próxima possa estar relacionada à violência física, não nos limitamos a ela. Trazemos aqui a violência multifacetada, no plural⁶. A insegurança alimentar e a fome, o sucateamento da educação e da saúde públicas, o desemprego e o subemprego, a dificuldade de acesso ao transporte e a precariedade do transporte público, a falta de moradia e a favelização, a inacessibilidade ao lazer e a criminalização das culturas periféricas, a desigualdade de gênero e o feminicídio, os racismos estrutural e institucional são algumas das violências que operam no Estado em que o sujeito é levado à condição de sujeição (FOUCAULT,

⁶ Desdobramentos dos tipos de violência podem ser encontrados no artigo *Muros que falam: comunicação marginal na cidade em contextos de rupturas democráticas*, da própria autora (2022). Ver referência.

1995). Nesse sentido, ele é contabilizado somente como um elemento que pode ou não ser descartado de acordo com a sua função e/ou importância predeterminada na cadeia da racionalidade produtiva. Urge, então, a criação de uma racionalidade midiática que impacte a cadeia da racionalidade produtiva vigente, de maneira a permitir o lugar de protagonismo do sujeito a partir da potência do trabalho organizado e coletivo. Para isso, são necessárias ações pontuais no espectro microssocial, mas realizadas em rede.

2 Trabalho em rede: organizar para desorganizar

Para provocar fissuras num sistema de poder arquitetado em teias sedimentadas, é necessário, antes de tudo, organização. Organização para compreender a microfísica dos poderes; para buscar o fio institucional de suas origens; para entender as variáveis, tensões, relações, indivíduos e sistemas que operam em cada trama que resulta na aniquilação e/ou sujeição dos grupos minoritários. No Brasil, contudo, o cenário de comunicação algorítmica; fundamentalismo religioso; militarização do Estado; e concentrações midiática, financeira e tecnológica corrobora o alargamento da fronteira entre a tomada de consciência e a tomada de poder por parte dos marginalizados sociais. O estreitamento dessa fronteira, acreditamos, passa essencialmente pelo diálogo e desconstrução das macronarrativas, passa umbilicalmente pela comunicação, pelo poder midiático.

É lícito postular que o domínio do discurso é inerente ao poder midiático. Esse domínio, por sua vez, está intimamente condicionado à quantidade de tempo dedicado à alimentação das mídias; de alcance, visualizações e compartilhamentos das mensagens textuais e audiovisuais publicadas. Nos últimos anos, porém, temos observado a atuação

dos robôs sociais (*social bots*)⁷, de perfis falsos nas redes manipulando diálogos e influenciando opiniões de usuários reais. A atuação dos robôs, com a intenção de prejudicar determinados opositores políticos, inclui, entre outras coisas, a utilização de *fake news*, curtidas e comentários em massa, estímulo a discussões polarizadas e avalanche de seguidores em perfis que favorecem o candidato para o qual os *bots* estão a serviço.

Diante desse cenário, pode parecer utópico pensar em provocar as tais fissuras no sistema de poder institucionalizado que legitima a necrogovernabilidade. E o cenário pode ficar ainda mais desanimador quando questionamos como organizar coletivos digitais com poucos recursos financeiros, tempo, conhecimentos, técnicas, dispositivos. Pensando nessas questões, os autores Renato Rovai e Sérgio Amadeu (2022) publicaram um livro que se mostra como um guia-manifesto para derrotar o fascismo, tendo como ponte a organização coletiva e a constante mobilização em rede. Sozinha ou em grupo, qualquer pessoa pode atuar na cadeia produtiva midiática, se afastando da ideia de que é impossível fazer a diferença a partir da sua unicidade.

A obra, bastante didática, está dividida em três partes, nas quais são apresentados: 1. o conceito de fascismo; 2. a descrição do campo de batalha; e 3. como atuar neste contexto utilizando as mídias digitais a favor das causas democráticas. Vamos nos reter à terceira parte, visto que ela nos traz informações relevantes às ações práticas que podem ser desenvolvidas pelos socialmente marginalizados no campo da comunicação.

Para traçar estratégias de mobilização nas redes, uma das primeiras questões trazidas por Rovai e Amadeu é o usuário se perguntar em qual(is) plataforma(s) pode e

⁷ Para saber mais sobre atuação dos *social bots* nas eleições, consultar matéria publicada pelo Portal *Politize!* Disponível em: <https://www.politize.com.br/robos-em-eleicoes-naoavetudo>. Acesso em: 20 ago 2022.

deve atuar. Esse seria o primeiro passo para entrar no que os autores chamam de campo de batalha. A atuação na rede escolhida pode ter várias frentes – checagem de fontes de notícias, diálogos com negacionistas, impulsionamento de postagens, monitoramento de temas mais comentados, *print* de mensagens fascistas, alimentação de listas de transmissão, concepção de produtos audiovisuais, entre outros, tudo isso levando em conta a relevância do tema e a habilidade do usuário em trabalhar com ele. De comunidades evangélicas a grupos científicos, todo espaço pode ser potencialmente frutífero para avançar com o debate democrático e combate às *fake news*. Acompanhar os temas mais comentados do momento, por meio de *hashtags*, não somente de cunho político, também é importante para criar ações de adesão a causas e ideias específicas. “Vale criar sistemas de alerta e abusar do boca a boca para mobilizar parceiros e assim participar ativamente de momentos importantes nas redes.” (AMADEU; ROVAI, 2022, p. 89)

É salutar observar também quais são os espaços virtuais de maior atuação do fascismo e dos seus defensores, pois, é visualizando esse desenho que pode ser feita uma melhor distribuição de ações antifascistas. Nesse sentido, Amadeu e Rovai (2022) asseveram que o *WhatsApp*, o *YouTube* e o *Twitter* seguem sendo as redes principais de atuação. Para falar com um público mais maduro, acima dos 45 anos, porém, o *Facebook* é trazido pelos autores como a melhor plataforma. Já o *Telegram*, considerado uma terra sem lei, tem se tornado a rede de mensagens instantâneas mais utilizada pelos produtores de conteúdos de direita; enquanto o *TikTok* é a principal entre o público mais adolescente e a *Twitch* tem crescido entre a esquerda jovem. Para colaborar com o direcionamento dos conteúdos, dados de pesquisas como a TIC Domicílios também podem ser úteis para avaliar os tipos de dispositivos, frequência, faixa etária e classes dos distintos segmentos

sociais da internet no Brasil.

Após responder às questões de qual(is) a(s) melhor(es) plataforma(s) para atuação, modo, tempo dedicado e tema(s) selecionado(s), é preciso traçar objetivos estratégicos claros e respectivos públicos-alvo. Ações simples e contínuas se tornam importantes quando multiplicadas, podendo ser consubstanciadas, por exemplo, em identificação de fóruns de discussões, mapeamento de amigos despolitizados, denúncia de desinformações neofascistas, envolvimento com discussões que exemplifiquem temas como racismo estrutural, democracia, proteção ao meio ambiente, educação, liberdade religiosa etc. Ações diretas e indiretas, voluntárias e permanentes, devem aos poucos furar as bolhas, apequenar as milícias digitais e a monetização da desinformação.

Ocupar redes digitais de forma coletiva é fundamental para desarticular ondas de desinformação, levar fatos às pessoas e executar campanhas de candidatos antifascistas.

Com regularidade, articulação e coordenação, é possível enfrentar a força da grana, o viés algorítmico e a trapaça dos *bots* e das fazendas de cliques nas redes sociais. (AMADEU; ROVAI, 2022, p. 70)

Ainda que a decisão seja agir de modo mais autônomo e individual, a participação em reuniões de algum coletivo ou grupo afim é indispensável para a organização de movimentos táticos, determinação de novas metas, avaliação e ajustes da campanha. A participação num coletivo também pode ser determinante para auxiliar na criação de uma lista conjunta de argumentos relacionados a questões políticas básicas e suas diferentes abordagens, construindo respostas substanciais de convencimento a partir de debates racionais e contextualizados em fatos. Essa proposta de racionalidade não deve, contudo, estar apartada da gentileza e da afetividade, visto que trabalhar no campo das emoções

também é fundamental. Nesse sentido, conteúdos inteligentes e bem-humorados, com uma linguagem de fácil entendimento, podem ser um bom formato para maior disseminação de ideias.

É possível ressignificar o intelectual orgânico gramsciano na contemporaneidade, utilizando um universo multicultural como alimento para formação de uma cadeia coletiva solidificada e atuante no combate à necropolítica e seus tentáculos. Um celular com internet na mão e uma ideia na cabeça já podem ser o começo de uma revolução que faça vivificar a democracia.

Conclusões

Antes da revolução digital, os protestos contra governos fascistas pelo mundo muitas vezes perpassavam essencialmente pela presença física de indivíduos e coletivos organizados nas ruas da cidade em manifestações, ocupações e embates físicos. Ao longo da história, a cidade foi palco de protestos como os liderados por Luther King, em prol dos direitos civis dos negros nos EUA; a greve geral iniciada pelo Movimento Estudantil na França, em maio de 1968; o movimento pelas Diretas Já, em meados da década de 1980, no Brasil, pedindo o fim da ditadura militar. A cidade continua sendo importante como um espaço de ocupação e difusão da luta antifascista, mas não só.

Enquanto lugar da comunicação, a cidade compreende formas diversas de sociabilidades que alimentam desde discursos humanitários aos de ódio. Para além das imagens visíveis de abandono e desigualdades sociais, ela é um texto e pode ser lida, por exemplo, por meio das mensagens presentes em mídias marginais como grafites, pixos, lambe-lambes e estênceis – mídias analógicas que sempre serviram como meios de

denúncia e arte dos socialmente marginalizados em seus protestos. As ações de contrapoder passam, portanto, pelo domínio e repercussão dos discursos; de igual forma, o poder exercido pelo Estado é alicerçado em narrativas discursivas capazes de preservar sua hegemonia.

Van Dijk parte da observação das formas de exercício do poder, para identificar como ele é manifestado, disfarçado, descrito e legitimado por textos escritos e orais nos diversos cenários sociais. Ele pontua que a noção de poder é complexa e envolve necessariamente formas de resistência provenientes de grupos dominados ou de seus representantes. Neste aspecto, para termos uma noção do controle social por meio do discurso, é necessário que façamos perguntas como “quem pode falar ou escrever o que, para quem, em quais situações? Quem tem acesso aos vários gêneros e formas do discurso ou aos meios de sua reprodução?” (VAN DIJK, 2008, p. 43-44).

Os grupos que detêm o poder sobre o modo de produção do discurso são chamados por Teun van Dijk de “elites simbólicas”, em consonância com o poder simbólico de Bourdieu, que também é considerado por van Dijk como uma forma de poder ideológico. A consolidação destas elites implica, obviamente, no cerceamento da liberdade dos sujeitos dominados e isso é um fator determinante para o surgimento de ações de contrapoder que vão muito além da ocupação da cidade como forma de protesto ou mecanismo de mobilização.

Atualmente, os discursos provenientes de diálogos e leituras diluídas nas veias cidadinas não se encerram ali, são retroalimentados, ganham força e radicularização a partir dos compartilhamentos de conteúdos nas plataformas digitais, das desconstruções e reconstruções do que foi dialogado, lido, consumido. Para dominar o discurso e fazer retroceder a política do medo que impera sobre as minorias, é preciso, também, dominar



as redes digitais. Esse é um processo que deve ser feito de modo gradual, estratégico e na coletividade, usando táticas de comunicação permanentes e em rede para fazer do espaço da cidade, do país, um lugar de preservação da vida e da dignidade humana, desestabilizando, assim, o Estado de necropoder.

Referências

AMADEU, S.; ROVAI, R. (2022). *Como derrotar o fascismo em eleições e sempre: um guia-manifesto para a organização coletiva e mobilização permanente em rede*. Veneta; Hedra.

ECO, U. (2019). *O fascismo eterno*. Ed. Record.

FOUCAULT, M. (1995). *O sujeito e o poder*. In: RABINOV, P.; DREYFUS, H.. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Forense Universitária.

MARTINS, J. (2022). *Muros que falam: comunicação marginal na cidade em contextos de rupturas democráticas*. SCHMIDT, C.; HOHLFELDT, A.; MERGULHÃO, E. In: A comunicação dos marginalizados nas rupturas democráticas. EdPUCRS.

MBEMBE, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. n-1 Edições.

TOVAR, J. (2020). *Táticas artísticas para subverter a necropolítica: percursos entre a necromaterialidade, a biomaterialidade e a produção do em-comum*. Tese. (Doutorado em Artes Visuais). Universidade de São Paulo.

VAN DIJK, T. (2008). *Discurso e poder*. Contexto.